

Tudo Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
Tudo Serviços S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Tudo Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (negativo) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tudo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia não apresentou análise de vida útil estimada para os bens dos seus ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e capital circulante negativo de R\$1.361 mil em 31 de dezembro de 2021. A continuidade operacional da Companhia tem sido mantida com o suporte financeiro de seu acionista e de partes relacionadas por meio de empréstimos. Essa situação, entre outras descritas na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos relevantes com partes relacionadas de acordo com as condições estipuladas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 16 de novembro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE

Matheus M. Maia
Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

TUDO SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.001	1.238	Fornecedores	9	3.060	369
Contas a receber	5	1.748	291	Empréstimos e financiamentos	13	4.294	25
Adiantamento a fornecedores	6	1.407	89	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	2.450	615
Outros ativos		<u>8</u>	<u>-</u>	Obrigações Fiscais	11	1.170	406
Total dos ativos circulantes		<u>13.164</u>	<u>1.618</u>	Arrendamento a pagar	12	95	234
				Adiantamento de clientes	15	3.419	10
				Dividendos a pagar	14	31	31
				Outros passivos		<u>6</u>	<u>-</u>
NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		<u>14.525</u>	<u>1.690</u>
Partes relacionadas	14	68	30				
Imobilizado	7	170	154	NÃO CIRCULANTES			
Direito de Uso	8	95	323	Empréstimos e financiamentos	13	8.806	-
Intangível	7	<u>991</u>	<u>1.319</u>	Adiantamento de clientes	15	5.939	-
Total dos ativos não circulantes		1.324	1.827	Partes relacionadas	14	5.130	4.265
				Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	50	70
				Obrigações Fiscais	11	408	431
				Arrendamento a pagar	12	<u>-</u>	<u>94</u>
				Total dos passivos não circulantes		<u>20.334</u>	<u>4.860</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)			
				Capital social	17	40	40
				Prejuízos Acumulados		<u>(20.411)</u>	<u>(3.145)</u>
				Total do patrimônio líquido (negativo)		<u>(20.371)</u>	<u>(3.105)</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>14.488</u>	<u>3.445</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)		<u>14.488</u>	<u>3.445</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUDO SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	10.647	2.455
CUSTO OPERACIONAL	19	(18.889)	(3.554)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(8.242)</u>	<u>(1.100)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	19	(7.989)	(1.711)
Despesas tributárias	19	<u>(358)</u>	<u>(11)</u>
Total		(8.347)	(1.723)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(16.589)</u>	<u>(2.822)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	11	-
Despesas financeiras	20	<u>(688)</u>	<u>(84)</u>
Total		<u>(677)</u>	<u>(84)</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTOS DIRETOS			
IRPJ e CSSL	16	-	<u>(269)</u>
Total		-	<u>(269)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(17.266)</u>	<u>(3.175)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUDO SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PREJÚZO DO EXERCÍCIO	(17.266)	(3.175)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(17.266)</u>	<u>(3.175)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUDO SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

<u>HISTÓRICO</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Não auditado)	40	32	-	72
Prejuízo do exercício	-	(3.175)	-	(3.175)
Transferência para prejuízos acumulados	-	3.145	(3.145)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>(3.145)</u>	<u>(3.104)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(17.266)	(17.266)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>(20.411)</u>	<u>(20.370)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUDO SERVIÇOS S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(17.266)	(3.175)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	574	499
Juros sobre debêntures com partes relacionadas	14	595	-
Juros provisionados sobre arrendamentos	12	10	14
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(1.456)	(252)
Despesas antecipadas		(1.319)	(8)
Partes relacionadas		(686)	260
Outros ativos		(8)	-
Fornecedores		2.692	350
Adiantamento de clientes		9.348	(39)
Outros passivos		2.368	330
Pagamento de juros sobre arrendamentos	12	(10)	(14)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		<u>(5.158)</u>	<u>(2.036)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(34)	(72)
Resgate em títulos e valores mobiliários		-	(82)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(34)</u>	<u>(154)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	13.100	23
Captação de recursos com partes relacionadas - debêntures	14	1.114	-
Parcelamentos Fiscais		-	555
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(25)	-
Amortização de principal de arrendamentos	12	(233)	(156)
Partes relacionadas	14	-	3.003
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>13.956</u>	<u>3.425</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>8.764</u>	<u>1.235</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.238	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.001	1.238
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>8.764</u>	<u>1.235</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUDO SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores em reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tudo Serviços S.A. (“Companhia”) é construída na forma de sociedade anônima, controlada pela Família Feitoza, situada na Rua Comendador Ari Freitas, 577, no bairro Coaçu, no município de Eusébio, Estado do Ceará, no Brasil. A Companhia iniciou o ano conforme a estratégia inicial desenvolvida desde a sua fundação, cujo foco era o de prover serviços de “marketplace” de crédito consignado para aposentados e pensionistas. No decorrer do ano de 2020, passou também a prover crédito direto ao mercado - por meio de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) criado com tal objetivo. A partir de então, a Companhia passou a ser atuação híbrida no mercado (“marketplace” e crédito direto via FIDC), expandindo sua atuação no mercado, aumentando a base de clientes, originação de crédito e portfólio gerado.

Durante o ano de 2021, a Companhia consolidou a estratégia iniciada em 2020 em que deixou de ser uma plataforma que oferecia crédito consignado através do seu “marketplace” para oferecer crédito consignado diretamente aos clientes. Para tanto, desenvolveu parcerias com duas grandes instituições do mercado financeiro, a saber: Goldman Sachs e BTG Pactual, além de já ter formalizada negociações com o Banco Itaú para “funding” das originações de crédito consignado via Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Adicionalmente, com a Lei 13.932/19, a Companhia focou também em oferecer o Saque-Aniversário do FGTS, que permite ao trabalhador realizar o saque de parte do saldo de sua conta do FGTS, anualmente, no mês de seu aniversário.

A Caixa Econômica Federal disponibilizou o sistema de controle da operação no segundo trimestre de 2021 e a Companhia iniciou suas operações ao mercado no terceiro trimestre do mesmo ano, expandindo assim a sua atuação no mercado, aumentando a base de clientes não somente focada em aposentados e pensionistas, mas também em trabalhadores formais, com “funding”, em um primeiro momento, sendo provido pelo BTG Pactual. Ambas as linhas de negócio fazem parte da estratégia da Companhia de ampliar suas soluções financeiras aos clientes, com taxas mais baixas que as praticadas no mercado baseadas principalmente em forte processo de aquisição, ativação e retenção de clientes, “funding” através de parceiros estratégicos e busca incessante de eficiência operacional.

1.1. Eventos significativos do período

COVID-19

Desde o surgimento do vírus e da declaração de pandemia, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram eventos que afetassem a capacidade operacional da Companhia, bem como que acarretassem reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos. Além disso, a Companhia tem seu funcionamento enquadrado como serviço essencial, estabelecido pelo decreto nº 10.282/2020 e, com isso, as atividades não sofreram paralisação durante todo o exercício de 2021.

A Companhia manteve em 2021 e manterá ao longo de 2022 o constante monitoramento do cenário de negócios em busca de avaliar quaisquer mudanças na economia ou no mercado financeiro que venham a ensejar na elevação dos riscos de crédito e de liquidez que possam afetar esse segmento em decorrência da pandemia COVID-19.

1.2. Continuidade operacional

Face as drásticas mudanças no cenário econômico esperado para os próximos períodos, a Administração da Companhia revisou todo o plano de expansão e investimentos. Reestruturações foram realizadas e novas medidas podem ser adotadas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. O plano de continuidade é constantemente revisado pela Administração e tem como principal objetivo, garantir a saúde financeira da Companhia no longo prazo.

Garantimos linhas de financiamento junto a bancos comerciais parceiros que, apesar de não necessários no plano de continuidade, servem como um colchão de segurança para caso a crise se estenda ou seja ainda mais profunda do que planejamos inicialmente.

A Companhia revisa frequentemente suas projeções financeiras, com o objetivo de manter a estratégia de execução do seu plano de negócios em linha com suas capacidades financeiras e com os interesses de seus "stakeholders". Em seu plano de negócios, a expectativa é de que a evolução das operações gere ganhos de escala, tornando o EBITDA positivo durante o segundo semestre de 2023. Tal plano de negócios é elaborado com as melhores estimativas da Administração, considerando o cenário econômico e de mercado que a empresa está inserida atualmente, podendo sofrer ajustes caso tais premissas não se concretizem.

Um dos principais fatores que solidificam a posição da Companhia quanto à sua continuidade operacional são as receitas performadas. As receitas performadas referem-se a valores a receber, baseados no portfólio total acumulado dos Fundos de Direitos Creditórios na data-base mencionada. Tais receitas performadas são calculadas da seguinte forma:

- i) Desconsiderando novas operações de crédito que poderiam aumentar o portfólio;
- ii) Mantendo as operações de crédito existentes até o seu vencimento
- iii) Aplicando a taxa anual de Service Fee sobre a posição diária do portfólio total acumulado até o vencimento de todas as operações.
- iv) O vencimento total de tais operações de crédito se dará em até 84 meses, mesmo prazo em que este montante será reconhecido como receita efetiva da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, as receitas performadas eram de aproximadamente R\$37.850, montante suficiente para cobrir o capital circulante líquido negativo de R\$1.361 caso a Companhia optasse por efetuar a sua antecipação.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. Todas as demonstrações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamento e partes relacionadas.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no encerramento do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo.

Para as contas e títulos a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realiza o cálculo de perda esperada, quando aplicável, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabelece uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de créditos, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a uma redução ao valor recuperável.

b) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Os bens imobilizados e os ativos intangíveis podem ser utilizados para a determinação de uma vida útil para fins de depreciação e amortização (vide item “d” e Nota Explicativa nº 7).
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, cobertos no item “e”.
- Provisões para passivos contingentes, detalhados no item “f”.

c) Contas a receber

As contas a receber têm como fonte receitas duas modalidades: (1) o valor devido à título de intermediação pagos pelas instituições financeiras incluídas no “marketplace” advindo da originação de crédito baseado no empréstimo consignado do INSS oferecido a aposentados e pensionistas via a plataforma da Companhia; e (2) o valor a receber (“upfront fee”) com base no portfólio gerado diretamente do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios criado para cessão dos créditos de empréstimo consignado originados diretamente pela Companhia via a plataforma.

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia devido à apuração imediata da produção mensal dos valores com emissões de notas atreladas a tais volumes. Não houve histórico de inadimplência, sendo assim, não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

d) Imobilizado de uso e intangível

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica dos itens.

A vida útil dos itens do imobilizado é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

Custos de software e desenvolvimento

Certos custos diretos e de desenvolvimento associados aos softwares desenvolvidos internamente da plataforma de tecnologia da Companhia são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está pronto para uso, e são amortizados pelo método linear, geralmente durante um período de cinco anos. A pesquisa e os custos de desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos.

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, o imobilizado e os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (“impairment”). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

f) Provisões para passivos contingentes

As provisões para os passivos contingentes são registradas quando o risco de perda de processos administrativos ou judiciais é considerado provável e os valores possam ser mensurados de forma confiável, fundamentados pela natureza, complexidade e histórico dos processos judiciais e pela opinião de assessores jurídicos internos e externos.

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (1) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (3) o valor pode ser estimado com segurança.

As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

g) Reconhecimento da receita com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos (CPC 47): (i) identificação do contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de execução no contrato; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Os principais tipos de contratos de receita da Companhia são (conforme já supracitado no item c) Contas a Receber):

- i. Taxa antecipada calculada sobre o portfólio total acumulado no fundo de investimento em direitos creditórios baseado nas originações de crédito geradas diretamente pela Companhia via plataforma.
- ii. Taxa mensal de serviços de originação, retenção e cobrança ("service fee") calculada sobre o portfólio total acumulado no fundo de investimento em direitos creditórios baseado nas originações de crédito geradas diretamente pela Companhia via plataforma, descontado das amortizações e provisões/perdas.

A Companhia reconhece os custos para obtenção de um contrato no momento inicial em que a obrigação descrita em contrato é concluída e transferida para outra parte.

h) Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social é efetuada com base no regime de lucro real, cujas alíquotas de tributação são, respectivamente, 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, cuja base de cálculo corresponde ao lucro real ajustado, tendo como base o lucro contábil, registrado no Demonstrativo de Resultado do Período (DRE), para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, respectivamente.

i) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria (o denominador) durante o período. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma o lucro básico e o diluído por ação são iguais. A Companhia, pela natureza de start up, apresenta prejuízos recorrentes e acumulados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	2	264
Aplicações financeiras	9.999	974
Total	<u>10.001</u>	<u>1.238</u>

As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a uma taxa de até 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS Consignado (PDI) I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (a)	542	-
Ativos Especiais II - Fundo de Invest. em Direitos Creditórios (b)	762	280
Mt Inss Receivables Ii Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	202	-
Inss Consignado (Pdl) I-B Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	80	-
Banco Ole Bonsucesso Consignado S.A. (c)	10	10
Banco PAN S.A.	2	1
Banco Cetelem	11	-
QI Sociedade de Crédito Direto S.A.	139	-
Total	<u>1.748</u>	<u>291</u>

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	824	-
Vencidos:		
Até 30 dias	44	291
De 31 a 90 dias	95	-
De 91 a 180 dias	11	-
Acima de 181 dias	774	-
Total	<u>1.748</u>	<u>291</u>

- (a) Valor a receber referente à competência do mês de dezembro de 2021, referente aos serviços de agente de retenção e cobrança.
- (b) Refere-se ao valor a receber (“upfront fee”) com base no portfólio gerado pela Companhia a partir de recursos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios criado para cessão dos créditos de empréstimo consignado.
- (c) Refere-se ao valor a receber à título de intermediação pagos pelas instituições financeiras incluídas no “marketplace” advindo da originação de crédito baseado no empréstimo consignado do INSS oferecido a aposentados e pensionistas via a plataforma da Companhia.

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Não há duplicatas dadas como garantia.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Sociedade de Advogados	190	-
Google Brasil Internet Ltda.	145	-
Amazon	122	-
Salesforce Tecnologia Ltda.	86	-
Flash Tecnologia e Pagamentos	74	-
Outros	791	89
Total	<u>1.407</u>	<u>89</u>

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

	Taxas de depreciação a.a. - %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	137	(18)	119	96
Equipamentos de informática	20%	23	(6)	17	20
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	38	(3)	35	38
Total		<u>197</u>	<u>(27)</u>	<u>170</u>	<u>154</u>

b) Intangível

	Taxas de amortização a.a. - %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Software	20%	1.637	(657)	980	1.308
Marcas e patentes	N/A	11	-	11	11
Total		<u>1.648</u>	<u>(657)</u>	<u>991</u>	<u>1.319</u>

c) Movimentações de imobilizado em uso e intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitoria Imóveis	Softwares	Marcas e patentes	Total
Saldo - 1º de janeiro de 2020	58	1	32	1.637	11	1.739
Adições	45	21	6	-	-	72
Deprec./Amort.	(7)	(2)	(1)	(328)	-	(338)
Saldo - 31 de dezembro de 2020	<u>96</u>	<u>20</u>	<u>37</u>	<u>1.308</u>	<u>11</u>	<u>1.473</u>
Adições	34	-	-	-	-	34
Deprec./Amort.	(12)	(4)	(2)	(328)	-	(346)
Saldo - 31 de dezembro de 2021	<u>119</u>	<u>16</u>	<u>36</u>	<u>980</u>	<u>11</u>	<u>1.161</u>

d) Teste de redução ao valor recuperável

Dada a interdependência dos fluxos de caixa, todas as unidades de negócio da Companhia são consideradas uma única unidade geradora de caixa (“UGC”) e, portanto, o teste de redução ao valor recuperável é realizado em nível operacional único. Portanto, o valor contábil considerado para o teste de redução ao valor recuperável representa o patrimônio da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o valor recuperável da UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem o uso de premissas. Os cálculos usam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, cobrindo um período de quatro anos.

Os fluxos de caixa além do período de quatro anos são extrapolados usando as taxas de crescimento estimadas, que são consistentes com as previsões alinhadas ao segmento ao qual a Companhia opera.

A Companhia realizou seu teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o que não resultou na necessidade de reconhecer perdas no valor contábil.

As principais premissas usadas nos cálculos do valor em uso são:

Premissas	Descrição do racional utilizado
Receitas	Contemplou a aplicação da taxa anual de “asset under management”, de intermediação financeira e de comissão de seguros alinhada modelos de negócios de cada unidade.
Custos de “funding”	Incluiu negociações sustentadas pelas respectivas “term sheets” acordadas. Inclui custos operacionais e custos com alavancagem.
Despesas Operacionais e Administrativas	Incluiu crescimentos alinhados ao volume de negócios onde aplicável. Adicionalmente, foram consideradas premissas de crescimentos das áreas de “back-office”.
Taxa de desconto e de perpetuidade	Foram aplicadas conforme “benchmarks” do segmento em que a Companhia atua.

8. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	31/12/2021		31/12/2020		Taxa depreciação (a)
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Escritório Sede	256	(227)	29	142	25 %a.a.
Outras salas	229	(163)	66	181	50 %a.a.
Total	484	(161)	95	323	

(a) A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

Saldo final - 31/12/2019	-
(+) Adições	484
(-) Amortização do período	<u>(161)</u>
Saldo final - 31/12/2020	<u>323</u>
(-) Amortização do período	<u>(228)</u>
Saldo final - 31/12/2021	<u>95</u>

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serasa S.A.	993	-
Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.	505	116
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	371	2
Winclap do Brasil Ltda.	154	-
BM Brasil Internet Ltda.	64	5
Demais fornecedores	<u>973</u>	<u>246</u>
Total	<u>3.060</u>	<u>369</u>

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS	1.142	355
FGTS	206	43
Salários e outros benefícios a pagar	1.083	198
INSS	24	24
Juros a apropriar parcelamento previdenciário	(5)	(5)
Parcelamento previdenciário (a)	<u>50</u>	<u>70</u>
Total	<u>2.500</u>	<u>685</u>
Circulante	2.450	615
Não circulante	<u>50</u>	<u>70</u>
Total	<u>2.500</u>	<u>685</u>

(a) O parcelamento simplificado previdenciários segue as condições estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 2017, de 30 de março de 2021.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ISS	53	52
PIS e COFINS	710	72
IR e CSLL	286	244
IOF	-	3
ISS (a)	46	18
PIS e COFINS (a)	75	18
Parcelamentos PGFN (a)	408	431
Total	<u>1.578</u>	<u>838</u>
Circulante	1.170	407
Não circulante	408	431
Total	<u>1.578</u>	<u>838</u>

(a) Os parcelamentos fiscais estão atrelados à Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, Portaria PGFN n. 14.402, de 16 de junho de 2020, Art. 9, Inciso II, Alínea (d) (pagamento, a título de entrada, de valor mensal equivalente a 0,334% (trezentos e trinta e quatro centésimos por cento) do valor consolidado dos créditos transacionados, durante 12 (doze) meses, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei n. 1.598/77, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações solicitadas.

12. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A movimentação do arrendamento a pagar, cuja taxa média de desconto foi de 4,75% ao ano, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

Saldo inicial - 31/12/2019	-
(+) Adições	485
(+) Atualização monetária	14
(-) Pagamento - principal	(156)
(-) Pagamento – juros	(14)
Saldo final - 31/12/2020	328
(+) Atualização monetária	10
(-) Pagamento - principal	(233)
(-) Pagamento – juros	(10)
Saldo final - 31/12/2021	95

Não há valores com prazo de pagamento superior a 12 meses, portanto não há registros no passivo não circulante.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Instituição financeira</u>			
Banco BMG (a)	10,30% a.a.	-	25
Banco Itaú (b)	14,70% a.a.	<u>13.100</u>	<u>-</u>
Total		<u>13.100</u>	<u>25</u>
Circulante		4.294	25
Não circulante		<u>8.806</u>	<u>-</u>
Total		<u>13.100</u>	<u>25</u>

(a) O financiamento do Banco BMG refere-se a valores utilizados da conta garantia referente a estorno de pagamento realizado pelo banco à Companhia. Este valor foi liquidado em maio 2021.

(b) O financiamento do Banco Itaú refere-se à captação de capital de giro em 23/12/2021.

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada a seguir:

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	
3	25	3	-	25
<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento</u> <u>Principal</u>		<u>31/12/2021</u>
25	13.100	(25)		13.100

Cláusulas restritivas

De acordo com o contrato de empréstimos e financiamentos, a Companhia obriga-se a cumprir cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida, tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”.

14. PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo circulante</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Marcio Feitoza	Mútuos com partes relacionadas	<u>68</u>	<u>30</u>
		<u>68</u>	<u>30</u>

<u>Passivo não circulante</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Domo Ventures Fund (a)	Debêntures	4.712	3.003
Telli - Tecno. de Info. Ltda. (b)	AFAC	418	978
Marcelo Feitoza	Crédito com pessoas ligadas	-	13
Telli - Tecno. de Info. Ltda.	Crédito com pessoas ligadas	-	271
Total		<u>5.130</u>	<u>4.265</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Marcelo Feitoza	Dividendos propostos a pagar	19	19
Marcelli Feitoza	Dividendos propostos a pagar	12	12
Total		<u>31</u>	<u>31</u>

(a) Domo Ventures referente à emissão de debêntures privadas para futuro aumento de capital social. Trata-se de três emissões, sendo duas em 2020 e uma em 2021, com vencimento em março e novembro de 2026 (prazo de 72 meses) com remuneração de 0,2% + correção IPCA ao mês.

(b) Telli - Tecno. de Info. Ltda. Refere-se à entrada de capital foi para fornecimento de recursos de curto prazo, relacionados às atividades iniciais da empresa, sendo definido como Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Administração durante o exercício de 2020, incluindo pró-labore e gratificações, foi de R\$1.280 (R\$347 em 2020). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo.

Movimentação de debêntures

	<u>31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>31/12/2021</u>
Domo Ventures	3.003	1.114	595	4.712

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco Cetelem S.A.	19	4
Bevicred	2	2
Banco BMG S.A.	1	4
Ativos Especiais II - Fundo de Investimento em direitos creditórios	3	-
AMLQ Holdings (DEL) LLC (a)	9.333	-
Total	<u>9.358</u>	<u>10</u>
Circulante	3.419	10
Não circulante	5.939	-
Total	<u>9.358</u>	<u>10</u>

- a) Refere-se a dois “bullet payments” realizados pela instituição relacionados aos serviços de originação, retenção e cobrança correspondentes ao período de vigência da carteira.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2020 o regime tributário utilizado pela Companhia era o Lucro Presumido, conforme apuração abaixo:

	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de vendas	2.602
Presunção do imposto de renda	833
Presunção da contribuição social	<u>833</u>
Demais receitas de ganhos de capital	<u>-</u>
Imposto de renda presumido:	
Imposto de renda: 15%	(125)
Adicional 10%	(69)
Contribuição social: 9%	(75)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(269)</u>

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro:

	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.266)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>5.870</u>
<u>Adições e exclusões permanentes</u>	
Despesas com ferramentas	(434)
Remuneração dos sócios	(314)
Provisão para contingências	(167)
Outros	<u>(219)</u>
Total de adições e exclusões permanentes	(1.134)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>4.736</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) e está representado por 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Destinação do lucro

A destinação dos lucros, quando houver, será baseado no resultado apurado no exercício após a dedução dos prejuízos acumulados (se houver), dos quais 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Após isto, os resultados do exercício social serão distribuídos entre os acionistas, na forma abaixo:

- I) 10% para o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76.
- II) Pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio, previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, que poderá ser considerado como distribuição de dividendos, inclusive, o dividendo obrigatório.
- III) O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta operacional:		
Receita de prestação de serviços (a)	11.993	2.602
(-) Impostos sobre prestação de serviços	<u>(1.346)</u>	<u>(147)</u>
Total	<u>10.647</u>	<u>2.455</u>

- (a) A receita da Companhia é composta por taxa de originação, retenção e cobrança calculada sobre o portfólio de cada fundo baseado nos créditos gerados diretamente via plataforma e pela taxa de intermediação via “marketplace”.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e outros proventos	6.692	2.180
Benefícios a funcionários	1.601	313
Outras receitas (despesas)	35	70
Encargos Sociais	2.134	433
Despesas com funcionamento	3.940	194
Serviços prestados por terceiros	3.230	447
Material de expediente	427	38
Publicidade e propaganda	8.207	1.094
Depreciação e amortização	574	499
Confraternizações	38	11
Total	<u>26.878</u>	<u>5.265</u>
Custo operacional	18.889	3.554
Despesas administrativas	<u>7.989</u>	<u>1.711</u>
Total	<u>26.878</u>	<u>5.265</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	11	-
Total de receitas financeiras	<u>11</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros Pagos e Incorridos	(45)	(26)
Juros sobre arrendamentos a pagar	(10)	(14)
Despesas Bancárias	(38)	(39)
Juros s/ debêntures	(595)	-
Multas contratuais	-	(5)
Total de despesas financeiras	<u>(688)</u>	<u>(84)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(677)</u>	<u>(84)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Empresa entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Não é prática da Empresa contratar instrumentos financeiros para fins especulativos.

b) Categoria de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos. A classificação dos principais instrumentos financeiros da Empresa é apresentada conforme a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalente de caixa	2	264
Aplicações financeiras	9.999	974
Contas a receber	1.748	291
Partes relacionadas	68	30
Total	<u>11.817</u>	<u>1.559</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	13.100	25
Dividendos a pagar	31	31
Adiantamento de clientes	9.357	10
Partes relacionadas	5.130	4.265
Fornecedores	3.060	369
Total	<u>30.678</u>	<u>4.700</u>

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

- Principais métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:
 - Ativos financeiros mantidos para negociação são valorizados de acordo com a hierarquia do valor justo (Nível 1 e Nível 2), com “inputs” usados nos processos de mensuração obtidos de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado.
 - Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
 - O valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa em instrumentos financeiros similares.
 - Os demais ativos e passivos têm seus valores justos semelhantes aos respectivos valores contábeis.

d) Principais fatores de risco da Empresa e suas controladas

- Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores referentes às obrigações contratuais dos seus clientes. Este risco é minimizado por um controle da base de clientes e gerenciamento do ativo da inadimplência por meio de políticas de cobrança e critério de elegibilidade para composição da carteira.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Empresa e suas controladas ao risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Empresa e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Empresa e suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto prazo emitidos a taxas prefixadas. A Administração, por conservadorismo, possui baixo valor de empréstimos. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

Dado que o montante em exposição é baixo na data de encerramento do balanço, a Administração não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

22. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía cobertura de seguros contra incêndio envolvidos em suas operações.

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 16 de novembro de 2022.
